



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3
Maio/Jun. 2015
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2015150107>



Editorial

Herbert Kimura

Universidade de Brasília – UnB

Editor-chefe da RAC

É com satisfação que apresentamos a nova edição da RAC, composta por seis artigos.

No primeiro artigo, **Liderança: Um Retrato da Produção Científica Brasileira**, Ana Márcia de Oliveira Fonseca, Juliana Barreiros Porto e Jairo Eduardo Borges-Andrade analisam “a produção científica brasileira em liderança publicada em 15 periódicos nacionais de psicologia e administração entre 1996 e 2013”. O levantamento identifica que “a produção científica brasileira neste tema parece defasada quando comparada a outras áreas do campo do comportamento organizacional e às pesquisas feitas no exterior”.

No segundo artigo, **Impacto da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade na Área da Controladoria**, Ilse Maria Beuren e Dalci Mendes Almeida estudam “o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade, sob a lente da Teoria da Estruturação, na área da controladoria de empresas do Novo Mercado da BM&FBovespa” e sugerem que “o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade impactou a área organizacional da controladoria”.

O terceiro artigo, **Transmissão do Conhecimento Prático Como Intencionalidade Incorporada: Etnografia Numa Doceria Artesanal**, de Marina Dantas de Figueiredo e Neusa Rolita Cavedon, usando dados etnográficos, identifica “a partir das vivências e observações sobre as relações entre uma mestra doceira e seus funcionários” que “o processo de transmissão do saber-fazer característico dessa prática artesanal está condicionado a certa intencionalidade incorporada, associada a questões de gênero, etnia e trajetória de vida”.

O quarto artigo, **Doing Business: Uma Análise Comparativa das Regulamentações no BRICS**, de Diego de Queiroz Machado, Gleison Mendonça Diniz, Mario Henrique Ogasavara e Fátima Regina Ney Matos, busca “caracterizar os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com base em uma análise de suas regulamentações que interferem na realização de negócios”. A partir do uso de técnica de análise de conglomerados em uma base de diversos países, foram identificados quatro grupos, sendo que o *cluster* com maiores facilidades em fazer negócios não contempla nenhum país dos BRICS.

Já o quinto artigo, **Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros**, de Felipe Luiz Neves Bezerra de Melo, Luciano Menezes Bezerra Sampaio e Renato Lima de Oliveira, “tem por objetivo verificar a relação entre empreendedorismo e corrupção burocrática, tendo como base os estados brasileiros e Distrito Federal, para o período de 2000 a 2008”. Os resultados sugerem um relacionamento positivo entre “o índice de corrupção e a abertura de empresas”.

Finalmente, o sexto artigo, **Estágios do Ciclo de Vida e Qualidade das Informações Contábeis no Brasil**, de Ailza Silva de Lima, Evelyne Vilhete Antonio de Carvalho, Edilson Paulo e Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão, busca “analisar o efeito dos estágios de ciclo de vida (ECD) das empresas listadas na BM&FBovespa no que tange à qualidade das suas informações contábeis (QIC)”. O estudo indica que “existem diferenças significativas na qualidade das informações contábeis, exceto para o gerenciamento de resultados contábeis entre os estágios de ciclo de vida das companhias abertas brasileiras”.

Seguindo as diretrizes do manual de Boas Práticas da Produção Científica para o caso de “publicação de artigo de autoria de dirigentes das instituições mantenedoras do periódico ou de quaisquer dos integrantes do Comitê de Política Editorial ou do Corpo Editorial Científico”, evidenciamos que a avaliação do artigo de autoria de Ilse Maria Beuren (membro do Conselho Editorial da RAC), seguiu os padrões normais de avaliação, dessa maneira, assegurando isenção e independência.

Conforme o leitor pode observar, os artigos dessa edição da RAC possuem diversas formas de levantamento de dados e método de análise, refletindo a riqueza de pesquisas nas áreas de Administração e Contabilidade. Em editorial anterior, foram discutidos alguns elementos associados a estudos de caso, evidenciando problemas e desafios para o uso desse método de pesquisa.

Nesse editorial, analisamos brevemente a problemática de se usar dados de *surveys* coletados a partir de respostas a questionários. Esse mecanismo de levantamento de dados é bastante utilizado em pesquisas na área de ciências sociais aplicadas, porém pode impor relevantes limitações na análise de resultados.

Em particular, Chang, Witteloostuijn e Eden (2010) indicam que, quando questionários auto-respondidos são usados para coletar dados sobre diversas variáveis simultaneamente, a partir dos mesmos participantes, a variância do método comum ou *common method variance* (CMV) pode ser ponto de atenção.

A despeito de o potencial impacto de vieses advindos do método comum já ser discutido há bastante tempo, como por exemplo, em D. T. Campbell e Fiske (1959), Podsakoff, MacKenzie, Lee e Podsakoff (2003) indicam que ainda há interesse da academia nesse aspecto metodológico. É importante destacar que diversas pesquisas realizadas no âmbito nacional, a partir de questionários, podem estar sujeitas ao CMV e, desta forma, a discussão é atual e pertinente.

De acordo com Bagozzi e Yi (1991), a CMV decorre da variância atribuída ao método de mensuração ao invés de aos efetivos constructos que as medidas representam. O termo método refere-se à forma de mensuração em diferentes níveis, como por exemplo, o conteúdo de itens específicos, tipo de escala, formato de respostas, contexto geral; e os efeitos do método incluem vieses de resposta advindos de efeito halo, desejabilidade social e efeito de leniência (Bagozzi & Yi, 1991; Fiske, 1982 e Podsakoff, MacKenzie, Lee, & Podsakoff, 2003).

Podsakoff *et al.* (2003) indicam que o CMV pode não somente inflacionar como também deflacionar relações observadas entre constructos, induzindo tanto erro do tipo I quanto erro do tipo II. Cote e Buckley (1987) examinam medidas em diversas áreas de conhecimento, identificando que fontes sistemáticas de erros de mensuração podem constituir entre 15% a 40% da variância total. Doty e Glick (1998), ao analisarem *journals* direcionados às ciências sociais, encontram que somente 46% da variância das medidas são atribuíveis aos constructos e que 32% da variação observada nas medidas é atribuível ao CMV.

Além da questão da variância imposta nas mensurações, Chang *et al.* (2010) argumentam que a CMV gera uma falsa consistência interna, podendo estabelecer uma correlação aparente entre variáveis, decorrente da origem comum dos dados. Por exemplo, de acordo com Kamakura (2010), quando sujeitos relatam suas próprias percepções ou impressões sobre constructos em um mesmo *survey*, podem induzir correlações entre as variáveis observadas, que não refletem necessariamente as correlações verdadeiras que deveriam ser mensuradas.

Assim, o CMV pode induzir um efeito em relações observadas entre diferentes constructos, implicando um viés do método comum ou *common method bias* (CMB). Por exemplo, Doty e Glick (1998) identificam, nas pesquisas de ciências sociais de seis *journals*, que o CMV implica um viés de 26% nas relações observadas entre constructos.

É importante destacar que tipicamente resultados que associam variáveis como liderança, satisfação, motivação, recursos, capacitações com desempenho, quando obtidos a partir de respostas de um indivíduo a um mesmo instrumento de coletas de dados, podem apresentar problemas de CMV. O respondente pode ter uma propensão a dar respostas que tornem artificialmente relevantes relacionamentos entre variáveis. Afinal, o indivíduo pode impor involuntariamente que o desempenho percebido superior ou inferior reflète características positivas ou negativas de sua organização. Assim, correlações ilusórias (Chapman & Chapman, 1967, 1969) podem decorrer de teorias implícitas (Lord, Binning, Rush, & Thomas, 1978; Phillips & Lord, 1986) baseadas em suposições dos respondentes.

Podsakoff *et al.* (2003) e Chang *et al.* (2010) resumem métodos que pesquisadores devem empregar para contemplar aspectos de CMV: (a) utilização de diferentes fontes de informação para medidas críticas, (b) estabelecimento de procedimentos especiais de *design* e aplicação de questionário, (c) especificação de modelos de regressão complexos envolvendo, por exemplo, variáveis mediadoras e moderadoras e relações não-lineares, dificultando respostas que sigam teorias implícitas ou que induzam correlações espúrias e ilusórias e (d) aplicação de técnicas estatísticas para detecção e controle de CMV.

Mais especificamente, Sharma, Yetton e Crawford (2009), Richardson, Simmering e Sturman (2009), Williams, Hartman e Cavazotte (2010) discutem características de algumas técnicas estatísticas que buscam contemplar o CMV, como por exemplo, *Harman single-factor test*, *confirmatory factor analysis marker* e *marker variable technique* (Lindell & Whitney, 2001).

A despeito da problemática induzida pelo CMV, há diferentes pontos de vista com relação à sua relevância prática. Por exemplo, enquanto J. Campbell (1982) apresenta uma opinião extremamente negativa sobre a validade de constructos de questionários que podem apresentar problemas de CMV, Crampton e Wagner (1994) e Spector (1987, 2006) sugerem que o efetivo impacto do CMV nos resultados é superestimado (Podsakoff *et al.*, 2003).

Doty e Glick (1998) relatam que o viés causado pelo método comum é motivo para preocupação, porém não invalida diversos resultados de pesquisas. De forma semelhante, Malhotra, Kim e Patil (2006) e Schaller, Patil e Malhotra (2015) ao estudarem, respectivamente, trabalhos da área de sistemas de informação e de teoria do comportamento planejado, identificam a presença de CMV, todavia com vieses pouco substanciais.

Embora o impacto nos resultados possa ser menos relevante, potenciais problemas de CMV devem ter sua discussão fomentada tanto por autores quanto por avaliadores e editores. Neste contexto, argumentamos que aspectos metodológicos de pesquisas com questionários, comuns nas áreas de administração e contabilidade, devem ser explorados levando-se em consideração elementos associados ao *common method variance* e ao *common method bias*.

Terminamos o editorial ressaltando que essa breve análise visa lançar apenas alguns pontos de atenção a respeito de um tema que pode ter diversos desdobramentos e impactos em pesquisas. A bibliografia ao final do editorial indica uma literatura que pode servir como referência para o aprofundamento sobre o tema.

Desejamos a todos uma boa leitura dos artigos dessa edição e, eventualmente, dos trabalhos referenciados no editorial.

Referências

- Bagozzi, R. P., & Yi, Y. (1991). Multitrait–multimethod matrices in consumer research. *Journal of Consumer Research*, 17(4), 426–439. doi: 10.1086/208568
- Campbell, D. T., & Fiske, D. W. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait–multimethod matrix. *Psychological Bulletin*, 56(2), 81–105. doi: 10.1037/h0046016
- Campbell, J. (1982). Some remarks from the outgoing editor. *Journal of Applied Psychology*, 67(6), 691–700. doi: 10.1037/h0077946
- Chang, S.-J., Witteloostuij, A. van, & Eden, L. (2010). Common method variance in international business research. *Journal of International Business Studies*, 41, 178–184. doi: 10.1057/jibs.2009.88
- Chapman, L. J., & Chapman, J. P. (1967). Genesis of popular but erroneous psychodiagnostic observations. *Journal of Abnormal Psychology*, 72(3), 193–204. doi: 10.1037/h0024670
- Chapman, L. J., & Chapman, J. P. (1969). Illusory correlations as an obstacle to the use of valid psychodiagnostic signs. *Journal of Abnormal Psychology*, 74(3), 271–280. doi: 10.1037/h0027592
- Cote, J. A., & Buckley, R. (1987). Estimating trait, method, and error variance: generalizing across 70 construct validation studies. *Journal of Marketing Research*, 24, 315–318. doi: 10.2307/3151642
- Crampton, S. M., & Wagner, J. A. (1994). Percept–percept inflation in microorganizational research: an investigation of prevalence and effect. *Journal of Applied Psychology*, 79(1), 67–76. doi: 10.1037/0021-9010.79.1.67
- Doty, D. H., & Glick, W. H. (1998). Common methods bias: does common methods variance really bias results? *Organizational Research Methods*, 1(4), 374–406. doi: 10.1177/109442819814002
- Fiske, D. W. (1982). Convergent–discriminant validation in measurements and research strategies. In D. Brinbirg & L. H. Kidder (Eds.), *Forms of validity in research* (pp. 77–92). San Francisco: Jossey-Bass.
- Kamakura, W. A. (2010). *Common methods bias*. Wiley International Encyclopedia of Marketing 2. doi: 10.1002/9781444316568.wiem02033
- Lindell, M. K., & Whitney, D. J. (2001). Accounting for common method variance in cross-sectional research designs. *Journal of Applied Psychology*, 86(1), 114–121. doi: 10.1037//0021-9010.86.1.114
- Lord, R. G., Binning, J. F., Rush, M. C., & Thomas, J. C. (1978). The effect of performance cues and leader behavior on questionnaire ratings of leadership behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 21(1), 27–39. doi: 10.1016/0030-5073(78)90036-3
- Malhotra, N. K., Kim, S. S., & Patil, A. (2006). Common method variance in IS research: a comparison of alternative approaches and a reanalysis of past research. *Management Science*, 52(12), 1865–1883. doi: 10.1287/mnsc.1060.0597
- Phillips, J. S., & Lord, R. G. (1986). Notes on the theoretical and practical consequences of implicit leadership theories for the future of leadership measurement. *Journal of Management*, 12(1), 31–41. doi: 10.1177/014920638601200104

- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J-Y, & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: a critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, 88(5), 879–903. doi: 10.1037/0021-9010.88.5.879
- Richardson, H. A., Simmering, M. J., & Sturman, M. C. (2009). A tale of three perspectives: examining post hoc statistical techniques for detection and correction of common method variance. *Organizational Research Methods*, 11, 1-39. doi: 10.1177/1094428109332834
- Schaller, T. K., Patil, A., & Malhotra, N. K. (2015). Alternative techniques for assessing common method variance: an analysis of the theory of planned behavior research. *Organizational Research Methods*, 18(2), 177-206. doi: 10.1177/1094428114554398
- Sharma, R., Yetton, P., & Crawford, J. (2009). Estimating the effect of common method variance: the method-method pair technique with an illustration from TAM research. *MIS Quarterly*, 33(3), 473-490.
- Spector, P. E. (1987). Method variance as an artifact in self-reported affect and perceptions at work: myth or significant problem. *Journal of Applied Psychology*, 72(3), 438–443. doi: 10.1037/0021-9010.72.3.438
- Spector, P. E. (2006). Method variance in organizational research: truth or urban legend. *Organizational Research Methods*, 9(2), 221–232. doi: 10.1177/1094428105284955
- Williams, L. J., Hartman, N., & Cavazotte, F. (2010). Method variance and marker variables: a review and comprehensive CFA marker technique. *Organizational Research Methods*, 13(3), 477-513. doi: 10.1177/1094428110366036

Dados do Autor

Herbert Kimura

Prédio da FACE, Sala A1-82-7, Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70910-900, Brasília, DF, Brasil. E-mail: rac.herbert.kimura@gmail.com